

ACTA N.º 3

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO  
ENTRONCAMENTO, REALIZADA EM  
28-12-09

Aos vinte e oito dias do mês de Dezembro do ano dois mil e nove, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a Presidência da **Senhora Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha**, Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelo Senhor Fernando **José Guia Barbosa** e pela Senhora **Fernanda Maria Figueiredo Rodrigues Rolo**, primeiro e segundo Secretários respectivamente. -----

Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram ainda presentes os seguintes membros. -----

Em representação do **Partido Social Democrata**, os Senhores: -----

Rui Pedro Dias Gonçalves, Rui Vítor Pires Bragança, Maria João Gil Santos Grácio, José Miguel Filipe Baptista, Sérgio Miguel Gil Nunes, Nuno Filipe Januário Nunes e Franco Horta e Esperança Maria Micael Santos. -----

Em representação do **Partido Socialista**, os Senhores: -----

Manuel Mesquita Domingues, Carina Isabel Moura da Conceição Luis, Jaime Manuel Palha Costa, Carlos Manuel Pires Rei Amaro e Célia de Jesus Nunes Leal Agostinho. -----

Em representação do **Bloco de Esquerda**, os Senhores: -----

Luís Filipe Dias Grácio, Reinaldo de Jesus Rodrigues Amarante Tentado e Manuel Soeiro Alves. -----

Em representação da **Coligação Democrática Unitária**, os Senhores: -----

António Silvino da Costa Ferreira e Mário Eugénio Filipe Duarte. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista** e em substituição deste, o substituto legal, Senhor: -----

José Maria Lopes Terra. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima** o Senhor: -----

Manuel Pereira Bilreiro. -----

Estiveram presentes pela **Câmara Municipal**, o Senhor Presidente Jaime Manuel Gonçalves Ramos e os Vereadores João José Pescador de Matos Fanha Vieira, Paula Maria da Costa Pereira, João Sebastião Coutinho Lima Canaverde, Carlos Alexandre Zagalo Gouveia, Henrique da Cunha Pereira e Carlos Manuel Godinho Matias. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia** declarou aberta a Sessão quando eram vinte e uma horas e cinco minutos, começando por dar posse aos elementos convocados para substituir os deputados que solicitaram ausência por período inferior a trinta dias. --

Deu posse a Manuel Soeiro Alves, que substitui o Senhor Henrique dos Reis Leal, do Bloco de Esquerda. -----

Deu posse a Reinaldo de Jesus Rodrigues Amarante Tentado, que substitui a Senhora Maria de Fátima Conde Búzio, do Bloco de Esquerda. -----

Verificada a conformidade formal do processo eleitoral com a identidade dos eleitos e após a leitura das respectivas actas avulsas de instalação e dos respectivos

---

juramentos por parte dos novos membros, a Senhora **Presidente da Assembleia** declarou-os investidos nas funções. -----

Continuando no uso da palavra a Senhora **Presidente da Assembleia** referiu:” Peço desculpa, mas antes de prosseguirmos está uma pessoa na mesa do Partido Socialista, que não tomou posse, acontece que não fazemos substituições automáticas como devem calcular. -----

Tem de haver uma comunicação da pessoa que não vai estar presente, tem de haver a informação de quem vai estar presente e tem que ser conferida posse à pessoa que vem fazer a substituição, neste momento nós não temos nada que nos diga que alguém vai estar ausente.” -----

Respondeu a Senhora **Célia Leal**: “ Nós tínhamos indicação que o Senhor Engenheiro tinha entregue o pedido de substituição, não sabemos se deu entrada nos serviços da Assembleia ou não. -----

Como foi uma altura de festas, tivemos alguma dificuldade de contacto entre todos e de ultrapassar esse problema, se não deu entrada nenhum pedido, terá que se retirar como é de lei.” -----

Retorquiu a Senhora **Presidente da Assembleia**: “ Eu não posso fazer uma substituição de alguém que não comunicou que vai estar ausente, sob pena de as decisões desta Assembleia poderem ser consideradas nulas ou anuladas. -----

O pedido de substituição até este momento não deu entrada nos serviços da Assembleia, nem sequer vimos preparados para procedermos à substituição, à identificação do membro, todo aquele formalismo legal. -----

Lamento, mas sem um documento ou uma informação nem que seja por e-mail, nós não podemos assumir a situação. -----

Peço ao Partido Socialista para ter em atenção e considerar de boa fé esta situação, mas nós não podemos dar continuidade à sessão com um membro que está ilegalmente na situação actual.” -----

Replicou a Senhora **Célia Leal**: “ Realmente os formalismos são para serem cumpridos, neste caso não foi, não há mais nada a fazer, o Partido Socialista mantém-se nesta Assembleia com os membros que estão presentes.” -----

Continuou a Senhora **Presidente da Assembleia**: “ Prosseguindo, temos um impedimento legal da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista e informação da mesma, que representa o Executivo da Freguesia o Senhor José Maria Lopes Terra. -----

Antes de entrarmos no período de antes da ordem do dia, conforme foi remetido aos senhores membros, nós temos o protocolo da delegação de competências entre o Município do Entroncamento e a Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, que não foi agendado para esta sessão, porque ainda não estava deliberado pela Câmara Municipal, os documentos foram remetidos em tempo a todos os membros, com a informação de que, seria proposto a inclusão deste ponto da ordem dos trabalhos no início da reunião. –

Portanto, aquilo que eu proponho à Assembleia é que seja adicionado um novo ponto à ordem dos trabalhos desta Assembleia o Protocolo da Delegação de Competências entre o Município do Entroncamento e a Freguesia de Nossa senhora de Fátima, que foi remetido por e-mail a todos os membros e que eu sugiro possa vir a ser o ponto número seis da ordem dos trabalhos. “ -----

O Senhor **Mário Eugénio** referiu: “ Peço desculpa se não for oportuno, de qualquer das formas nós detectamos e julgamos que será um lapso, que no edital não consta o Período de Antes da Ordem do Dia e a Intervenção do Público, julgo que terá sido esquecimento.” -----

---

Respondeu a Senhora **Presidente da Assembleia**: “ Sendo uma sessão ordinária tem obrigatoriamente o período de antes da ordem do dia, considera-se que não é necessário constar no edital assim como a intervenção do público, nos termos do Regimento e da Lei. -----

Embora não esteja no edital é obrigatório e portanto não podemos abdicar deles.

Vou colocar à votação a proposta de inclusão deste novo ponto na ordem dos trabalhos.” -----

### **VOTAÇÃO DA INCLUSÃO DE UM NOVO PONTO NA ORDEM DOS TRABALHOS** -----

A inclusão de um novo ponto na ordem dos trabalhos “ Protocolo de Delegação de competências entre o Município do Entroncamento e a Freguesia de Nossa Senhora de Fátima” foi aprovada por unanimidade com vinte e dois votos, sendo dez votos do Partido Social Democrata, cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Continuando, a Senhora **Presidente da Assembleia** colocou a acta número vinte e três à votação. -----

O Senhor **Luis Grácio** referiu: “ Na página dezasseis, numa minha intervenção, por qualquer motivo ou lapso, a primeira frase tem uma repetição que é “*preocupação*” -----

### **VOTAÇÃO DA ACTA NÚMERO VINTE E TRÊS** -----

A acta número vinte e três, realizada em doze de Setembro de dois mil e nove, (mandato anterior) foi aprovada por maioria com treze votos a favor, sendo seis votos do Partido Social Democrata, dois votos do Partido Socialista, dois votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Bloco de Esquerda e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e, nove abstenções, por não se encontrarem presentes na referida sessão, sendo, quatro do Partido Social Democrata, três do Partido Socialista e duas do Bloco de Esquerda. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia**, colocou a acta número um à votação. ----

Pediu a palavra o Senhor **Jaime Costa**, que solicitou a correcção do seu nome na referida acta. -----

### **VOTAÇÃO DA ACTA NÚMERO UM** -----

A acta número um foi aprovada por maioria, com vinte votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata, cinco votos do Partido Socialista, dois votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Bloco de Esquerda e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e duas abstenções, por não se encontrarem presentes na referida sessão, do Bloco de Esquerda. -----

Entrou-se de seguida no Período de Antes da Ordem do Dia. -----

Foi concedida a palavra ao Senhor **António Ferreira**, que apresentou a seguinte Moção: -----

### **MOÇÃO** -----

#### **IC3 – ATALAIA/CHAMUSCA** -----

*Está a Consulta Pública, o Estudo de Impacto Ambiental do IC3 do percurso entre e Atalaia e o concelho da Chamusca com a ligação à A23, entradas da Barquinha e Golegã e o viaduto e ponte sobre o Tejo a jusante da Actual Ponte da Chamusca. -----*

- 1. A Assembleia Municipal de Entroncamento considera essencial e urgente o avanço deste projecto com profundos impactos positivos em todo o Distrito nas ligações das duas sub-regiões (Médio Tejo e Lezíria do Tejo). A actual travessia da Ponte da Chamusca há muito deixou de corresponder às*

---

*necessidades e o estrangulamento constitui um obstáculo às comunicações entre as duas margens; -----*

- 2. A solução de acesso ao IC3, no concelho da Barquinha, com a ligação por viaduto do Entroncamento até esse concelho e o sistema de rotundas proposto, vem resolver os actuais constrangimentos e estrangulamentos nas acessibilidades a essa via; -----*
- 3. Das duas hipóteses de traçado em território do Concelho de Entroncamento, afigura-se a melhor a solução B que é a que mais convém ao Concelho do ponto de vista dos Valores Patrimoniais, Recursos Hídricos e não afectando a cortina arbórea. -----*
- 4. Aliás a preocupação com os Valores Patrimoniais constam do Parecer da Comissão Permanente sobre o PDM que hoje será aqui ratificado. -----*

*A Assembleia Municipal de Entroncamento, considera esta infraestrutura indispensável ao concelho e à ligação das duas sub-regiões – Médio Tejo e Lezíria do Tejo – pelo que se espera vivamente que este processo não sofra atrasos. -----*

Continuando referiu: “ A consulta está a decorrer penso que até ao dia 29 de Dezembro, na Junta de Freguesia de São João Baptista e pareceu-nos importante trazermos esta questão aqui, tendo em atenção que um destes percursos, um percurso atravessa mais o concelho do Entroncamento e o outro atravessa menos o nosso território, um tem mais impacto no território do Entroncamento e o outro tem menos. ---

Portanto, afigura-se-nos a melhor solução, a solução B que é uma solução que salvaguarda aspectos patrimoniais e ambientais. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia** referiu: “ Ia questionar antes de passar a palavra às outras bancadas, qual é a solução B, porque nos é referida uma solução B na moção, mas não nos é especificada a eventual solução A. -----

Penso que para esclarecer a Assembleia, será necessário informar um pouco mais sobre o que é a solução B e quais as outras soluções possíveis.” -----

Respondeu o Senhor **António Ferreira**: “ Tenho uma folha com essas duas soluções de fácil consulta, se for necessário ela pode ser fotocopiada. “ -----

Referiu a Senhora **Presidente da Assembleia**: “ Sugiro que deixemos esta moção em *stand bay*, que possam ser reproduzidas cópias para as bancadas e passemos à proposta seguinte e decidiremos sobre esta moção à posteriori.” -----

Seguidamente o Senhor **Luis Grácio** procedeu à leitura de uma recomendação. -  
**RECOMENDAÇÃO – COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO DA REPÚBLICA** -----

*Em 2010 comemoram-se os 100 anos da Implantação da República, assim torna-se um imperativo a celebração de tão decisiva efeméride. O centenário originará desejavelmente múltiplas formas de celebração, com origem nas mais diversas instituições.-----*

*Procurando assegurar que tais iniciativas tenham um âmbito nacional e a necessária coordenação, foi criada a Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, que elaborou o Programa das Comemorações do Centenário da República, publicado no Diário da República de 27 de Março de 2009 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 28/2009), que assume os seguintes objectivos e linhas programáticas: -----*

*- Evocar a República e o Republicanismo, divulgando os seus ideais cívicos, as suas principais realizações e os seus grandes protagonistas; -----*

*- Promover a divulgação do conhecimento e aprofundar a investigação científica sobre a História da República e do republicanismo; -----*

*- Projectar para o futuro os ideais republicanos. -----*

---

*O programa comemorativo visa, mobilizar um vasto leque de instituições e de actores, instâncias centrais, regionais e locais da Administração, centros de investigação e escolas, entidades empresariais, fundações, associações e outras entidades. -----  
Com a realização das diversas iniciativas previstas, espera-se conseguir uma valorização da cultura histórica e da consciência patrimonial; conferir uma especial atenção ao papel da escola enquanto vector da igualdade de oportunidades e espaço formativo prioritário; dar um contributo para o revigoração das práticas cívicas e da aproximação entre cidadãos e a política, e promover o reforço da identidade nacional. -----*

*O programa do Centenário está estruturado em 15 eixos programáticos dos quais se referem os 2º, 6º. e 7º: República nas Escolas; República e Cidadania; e República nos Municípios; A presença dos Municípios Portugueses é essencial para as Comemorações do Centenário. De facto, a celebração da República não pode ignorar um dos desígnios fundamentais do ideário republicano. O municipalismo, entendido como princípio constitutivo da descentralização administrativa. -----*

*Procurando uma relação de proximidade com as populações, todos os Municípios são convidados a elaborar os seus próprios programas tendo, para o efeito, sido assinado um protocolo com a Associação Nacional dos Municípios Portugueses, definindo as principais linhas de acção e apresentando como prioridades a afirmação da importância da escola pública, intervenções urbanísticas destinadas a sublinhar a memória republicana, iniciativas no domínio da toponímia e ainda a criação de Roteiros Republicanos; actividades, para as quais, será dado apoio técnico e financeiro. -----*

*Face ao exposto e considerando: -----*

- A importância de comemorarmos os factos relevantes que fazem parte da nossa memória histórica; -----*
- A herança dos ideais da República continua hoje a inspirar a nossa vivência democrática; -----*
- A Resolução aprovada em Conselho de Ministros apresenta um Programa de Comemorações do Centenário da República; -----*
- Tal programa considera essencial que os municípios se associem às comemorações, honrando, também desta forma um dos principais desígnios do seu ideário, que é o municipalismo, entendido como princípio constitutivo da descentralização administrativa; -----*

*Os municípios são convidados a ter os seus próprios programas e foi mesmo assinado um protocolo entre a Comissão Nacional das Comemorações do Centenário da Implantação da República e Associação Nacional dos Municípios Portugueses. -----*

***A Assembleia Municipal do Entroncamento, reunida no dia 28 de Dezembro de 2009, delibera recomendar à Câmara Municipal do Entroncamento que: -----***

*Promova um programa de Comemorações do Centenário da República, de harmonia com as temáticas sugeridas pela Comissão Nacional das Comemorações, que envolva toda a população, comunidade escolar e associativa. -----*

*O Senhor **Mário Eugénio** referiu que estavam de acordo com a recomendação e que iriam votar favoravelmente. -----*

*Também a Senhora **Célia Leal** referiu que o Partido Socialista concordava com a recomendação e que iriam votá-la favoravelmente. -----*

*O Senhor **Rui Gonçalves** referiu: “ Após análise cuidada desta recomendação, além de concordar com todos os considerandos aqui enunciados, acho que só faz falta a esta recomendação uma coisa que é, o quê, o quando, o como e o aonde.” -----*

---

Respondeu o Senhor **Luis Grácio**: “ Nós não pretendíamos esgotar aqui a discussão deste tema, ele é tão vasto que até reduzimos aqui a três pontos fundamentais dos quinze eixos programáticos propostos pela Comissão Nacional. -----

Em altura oportuna, na Câmara Municipal, o Bloco de Esquerda através do nosso Vereador apresentará propostas objectivas concretas para concretizar melhor esta proposta sem qualquer problema.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, a Senhora **Presidente da Assembleia** colocou à votação a recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda. ---  
**VOTAÇÃO DA RECOMENDAÇÃO** -----

A recomendação foi aprovada por unanimidade com vinte e dois votos, sendo dez votos do Partido Social Democrata, cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Prosseguindo no uso da palavra, a Senhora **Presidente da Assembleia** referiu: “ Foi já distribuída a todos os membros da Assembleia, a folha com a comparação em termos ambientais das soluções propostas referente à moção apresentada pela Coligação Democrática Unitária. -----

Nesse sentido, penso que agora já com mais alguma informação e com a especificação de que a solução B será aquela que é preferencial numa série de pontos e a solução A noutros, penso que já é possível às bancadas deliberarem sobre a moção. “ ---

Pediu a palavra o Senhor **Rui Gonçalves**: “ Ainda bem que vamos fazer a alteração futura ao Regimento da Assembleia, porque realmente analisar propostas desta complexidade, aqui em cima do joelho, torna-se complicado. -----

O Senhor Deputado perceberá, que eu e a minha bancada não conseguimos analisar a solução A e B, aqui de repente. -----

Podemos ver isto agora, mas a análise concreta disto torna-se um bocadinho mais complicado, sugeria que se retire o ponto número três da moção, porque estarmos a optar pela solução A ou B, sem analisarmos minimamente o que é que estamos a tratar, acho que é um bocado de incúria da nossa parte. -----

Respondeu o Senhor **António Ferreira**: “ Tinha uma proposta alternativa a fazer, já que isto tem alguma urgência, tem a ver com o processo de consulta pública que já está no limite. -----

Retirávamos os pontos números dois, três e quatro, ficava só o ponto um e a chamada de atenção da necessidade de implementação mais rapidamente possível dessa via. -----

Em relação aos outros pontos, pedia que na próxima reunião da comissão permanente, nos debruçássemos sobre esta questão que tem a ver com o acompanhamento do PDM, tem uma relação com o PDM e com outras situações que é necessário nós analisarmos profundamente.” -----

A Senhora **Presidente da Assembleia** referiu: “ Passamos a ter uma moção que tem três parágrafos, o parágrafo introdutório, o ponto um que deixa de ser um ponto e a deliberação final.” -----

#### **VOTAÇÃO DA MOÇÃO** -----

A Moção foi aprovada por unanimidade, com vinte e dois votos sendo dez votos do Partido Social Democrata, cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Pediu a palavra o Senhor **António Ferreira**: ” Era só uma questão que já levantei aqui várias vezes e mais uma vez volto a colocá-la. -----

---

A questão da salvaguarda do património, sobretudo do património ferroviário e a degradação em que este património neste momento está a sofrer, quer nos bairros ferroviários, quer no antigo Liceu Camões, é necessário fazer qualquer coisa. -----

Penso que na próxima reunião da Comissão Permanente, devíamos debruçar sobre uma posição de força, uma proposta a ser feita aqui na Assembleia, de uma posição de força, irmos à Assembleia da República ou falarmos com os organismos que superintendem sobre estas questões na Assembleia da República, é necessário fazer qualquer coisa neste momento para salvaguardar esse património.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, a Senhora **Presidente da Assembleia**, passou de imediato à ordem dos trabalhos. -----

#### **PONTO NÚMERO UM** -----

#### **REVISÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** -----

Prosseguindo no uso da palavra a Senhora **Presidente da Assembleia** referiu: “ Relativamente a este ponto, tenho uma ou duas informações a dar antes de entrar propriamente no documento. -----

Peço desculpa, andei para a frente, como não vi muito público na sala, passei por cima do período de intervenção do público, não precisava de estar no edital, até porque na minha cábula está escrito a intervenção do público. -----

Esta parte era obrigatória, mas não havendo ninguém do público que queira usar da palavra, prosseguimos para o ponto número um. -----

Vou transmitir a informação que me foi solicitada, no que respeita à alínea i) do ponto dois, do artigo vigésimo quinto do Regimento, quando era referido o índice cem das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública, para a fixação dos bens a onerar e portanto dizendo-se que compete à Assembleia autorizar a Câmara a adquirir, alienar ou onerar imóveis de valor superior a mil vezes o índice cem das carreiras do regime geral do sistema remuneratório de função pública, o esclarecimento que me foi dado, foi que esta terminologia se mantém, sendo que, o índice cem é actualizado anualmente e portanto, o valor é actualizado, não consta exactamente no nosso Regimento, o que é bom porque todos os anos vai sendo actualizado. -----

Para o ano de dois mil e nove, este índice cem corresponde a trezentos e quarenta e três, virgula vinte e oito euros. -----

Estava em cima das mesas de todos os membros, uma pequena correcção ao texto que foi remetido aos membros da Assembleia Municipal, relativo ao artigo quadragésimo sétimo, pontos três e quatro, estas alterações vêm na sequência daquilo que foi acordado na reunião da comissão permanente, para que, o que está escrito neste artigo coincida com as alterações introduzidas, estamos a falar do ponto três em que dizia: “*As actas ou o texto das deliberações mais importantes .....*”. é eliminado, uma vez que, é adicionado um ponto onze ao artigo trigésimo terceiro, para que todas as deliberações desta Assembleia sejam aprovadas em minuta. -----

Portanto, para que isto bata certo é retirado no ponto três do artigo quadragésimo sétimo a parte inicial do texto para que seja correcto. -----

De igual modo, no ponto quatro é acrescentado e conforme o disposto no ponto onze do artigo trigésimo terceiro, que é a aprovação em minuta de todas as deliberações desta Assembleia. -----

Se não houver objecção dos membros da Assembleia, vamos aprovar na generalidade a proposta de Regimento que foi remetida já com todas as correcções, excepto esta do artigo quadragésimo sétimo e se for aceite por toda a gente, não há necessidade de estarmos a votar ponto por ponto. “ -----

---

Não havendo qualquer objecção, foi colocado à votação a proposta de Regimento. -----

**VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO UM** -----

O ponto número um, foi aprovado por unanimidade, com vinte e dois votos, sendo dez votos do Partido Social Democrata, cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Relativamente ao artigo quadragésimo sétimo, e uma vez que esta alteração foi introduzida posteriormente, a Senhora **Presidente da Assembleia**, submeteu o referido artigo à votação. -----

**VOTAÇÃO DO ARTIGO QUADRAGÉSIMO SÉTIMO** -----

O artigo quadragésimo sétimo, foi aprovado por unanimidade, com vinte e dois votos, sendo dez votos do Partido Social Democrata, cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Entrou-se de seguida no ponto número dois da ordem dos trabalhos. -----

**PONTO NÚMERO DOIS** -----

**ORÇAMENTO PARA 2010 E AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2010-2013, BEM COMO OS MAPAS DE PESSOAL E OPÇÃO GESTIONÁRIA PARA 2010.** -----

O Senhor **Luis Grácio** referiu: “ O presente orçamento segue a linha de orientação dos anteriores orçamentos apresentados pelo Partido Social Democrata. -----

Como dissemos em carta que oportunamente enviámos parece-nos claro que o essencial das opções tomadas, acabar com a execução ou acabamento de obras em curso ou concluídas há pouco tempo e continuar a investir largamente no parque desportivo do Bonito, faz-se uma ou outra intervenção pontual mais premente e prevêem-se algumas outras acções. -----

É no entanto justo, que também se registre o elevado investimento previsto para o parque escolar. -----

Neste sentido, o orçamento prevê investimento de cerca de quatro milhões e quinhentos mil euros no Parque do Bonito, em cerca de três anos, cerca de dois milhões no ano que vem e pelo que foi divulgado no projecto exposto no pavilhão da Autarquia nas Festas da Cidade, prevê-se construir uns bungalows, ao que se supõe para utilização de visitantes. -----

Na nossa óptica sem que se saiba que o projecto está suportado por uma análise económica ou financeira, vulgo estudo do mercado, e necessário estudo de impacto ambiental, que consequências terá para a área envolvente? O stress a que vai estar sujeito o parque do Bonito? O resultado poderá ser bom em termos de prioridades, o sacrifício parece-nos demasiado pesado. -----

Há semelhança do que aconteceu o ano passado, a concentração de investimento nestas infraestruturas impede o simultâneo, ataca a resolução de outras carências estratégicas, nomeadamente a habitação social praticamente desaparece do orçamento. –

Resumindo-se a dotação de oitenta mil euros, mais de sessenta mil para reparação de casas, através do protocolo com a Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, que daqui a pouco iremos discutir e votar, e como tendo comparação atende-se que só para equipamento desportivo irão cerca de meio milhão de euros o ano que vem.

A intervenção no Bairro Frederico Ulrich é mais que insuficiente e a sua requalificação profunda continua a não ser encarada seriamente. -----

Há bastante tempo que foi abandonada a ideia da casa da juventude. -----

---

O Centro de Convívio na zona sul, a mesma coisa. -----

A construção do novo edifício para a nova Biblioteca continua uma ideia abandonada. -----

Por outro lado, anuncia-se um próximo regresso do ensino superior ao Entroncamento, não deixa de ser curioso e esperamos que venha, mas por outro lado, mantêm-se a Biblioteca no edifício cujas insuficiências apesar das obras feitas, são evidentes e nessas circunstâncias muito limitadoras, nomeadamente para a já significativa população da nossa cidade. -----

Relativamente ao mercado municipal, que devia ser objecto de uma transformação e requalificação profunda, uma ideia que até parece estarmos de acordo, nomeadamente no período pré-eleitoral num debate realizado no Cine-Teatro, afinal é contemplado com uma verba que em dois mil e dez não chega aos oitenta mil euros e dos quais, trinta e cinco mil euros são só para impermeabilização. -----

Mesmo no horizonte do PPI, para mercados e feiras a verba total, apenas ronda os noventa e quatro mil euros. -----

Não estaríamos a falar da mesma coisa, pelo que se vê, teremos ideias diferentes para o futuro do mercado municipal, nem ao menos há dotação para um projecto que abra perspectivas realmente transformadoras daquele espaço. -----

Recordamos que se devia promover o investimento da eficiência energética nos espaços municipais, como factor de poupança e um exemplo para a comunidade, não conseguimos entender esta ausência de preocupação com a poupança de energia e da preservação ambiental a Câmara Municipal devia promover auditorias energéticas aos edifícios municipais, estabelecer planos de execução das alterações necessárias, como a Assembleia Municipal recomendou em tempos e temos vindo constantemente a insistir.

É preciso investir neste domínio, por responsabilidade social e porque o retorno é garantido, a recente constituição de uma agência de energia não pode ser desculpa para que o próprio Município não faça um esforço continuado neste domínio. -----

Também continuamos a concordar com o dispêndio de cinquenta mil euros de um parque de estacionamento para pesados, este assunto já foi discutido mais que uma vez nesta Assembleia, já foi orçamentado trinta mil euros para este ano. -----

Registamos globalmente o investimento na escola de trânsito ascenderá a cerca de trezentos e cinquenta mil euros, não vamos negar o interesse da escola, dispensamos a argumentação demagógica sobre o assunto, continuamos a contestar a prioridade que lhe é dada. -----

Num quadro de tanta falta de habitação social, a questão fundamental está de facto nas prioridades assumidas, há prioridades diferentes e nós temos de facto prioridades que diferenciam daquelas que são apresentadas neste orçamento pelo Partido Social Democrata. -----

Quanto à política cultural, assinalamos o predomínio de grandes eventos, com festas, galas, etc. em detrimento de uma política sustentada de criação públicos e de estimulado à diversidade artística, uma análise à dotação das diversas rubricas, não deixa margem para dúvidas a esse respeito. -----

A participação das colectividades e das iniciativas locais, está remetida ao esquecimento. -----

Para um concelho muito jovem é demasiado escasso a dotação de quarenta e cinco mil euros, para as actividades diversas para a juventude, a juventude só existe em termos de números, não existe em termos de preocupação. -----

Concordamos no entanto com alguns investimentos previstos, como os da rede escolar, a recuperação do Cine-Teatro e o alargamento das ciclovias em anos futuros. ---

---

Registamos a dotação de meio milhão de euros ao longo dos próximos três anos, numa rubrica denominada Património Ferroviário Nacional, um turismo científico como factor estratégico, assim como quatrocentos e quinze mil euros, numa rede aberta multiusos, que não está devidamente explicada e que careceria, na nossa óptica, de um esclarecimento mais profundo, sobre o objectivo desta rede, o valor é significativo e que retorno trás isto para o Município. -----

Trata-se de investimentos elevados que justificariam uma boa fundamentação, uma abordagem, um debate prévio que nos permitisse aquilatar do seu real interesse, como nada disso foi feito sobre eles, não foi tomada qualquer decisão política, nestas circunstâncias, só podemos manifestar a nossa reserva. -----

Em contrapartida, estranhámos pela não inclusão no orçamento a aquisição e requalificação do Estúdio 121, já aqui foi discutido este ano, mas no exercício anterior em termos de mandato, a oportunidade da aquisição destes imóveis, temos o Cine-Teatro por recuperar e muito pouco utilizado, a sua taxa de ocupação é exígua e por outro lado, avançasse para a aquisição de mais um espaço cultural, que não tem tido, tanto como sabemos uma utilização devida. -----

A diferença entre execução física e execução financeira, permitiu transferir para o orçamento de dois mil e dez, obras que de facto já foram feitas este ano, até antes das eleições autárquicas, naturalmente por mero acaso, veja-se o caso da Praça da República, o Monumento ao Ferroviário já inaugurado com pompa e circunstância em devido tempo, mas que a maior parte do investimento trezentos e setenta e cinco mil euros, em trezentos e oitenta e três mil euros, ainda vêm inscritos para o ano que vem. –

Mais peculiar é a verba de oitenta mil euros inscrita em dois mil e dez, para um plano de animação e comunicação de programa de acção, esta verba igual há inscrita para a habitação social, que devemos realçar, destinar-se-à a pagar a brochura amplamente distribuída sobre o plano Mateus para o Entroncamento, bem como, a pré-estreia que foi apresentada na Residencial Gameiro, inserida na pré-campanha eleitoral do Partido Social Democrata, uma operação que já justificou uma conturbada reunião extraordinária na Assembleia Municipal. -----

Trata-se enfim, de pecados menores num orçamento e das grandes opções do plano, com o qual, pese embora alguns aspectos positivos, não nos identificamos e como não nos identificamos no essencial, a nossa votação irá ser contra.” -----

Continuou o Senhor **António Ferreira**: “ Começando pelas questões que foram levantadas aqui, foi com alguma surpresa que ouço falar da implantação do ensino superior no Entroncamento, se vai haver ensino superior, espero que seja de qualidade porque era esse que nós tínhamos no Entroncamento, tínhamos a única universidade no distrito e essa foi-se. -----

Quanto à questão dos gastos energéticos, a Câmara de facto nesta área tem evoluído sobretudo ao nível da rega, foram implementados alguns sistemas de eco-eficiência ao nível da rega, espero também, que estas preocupações com a energia possam ir pelo mesmo caminho e possam ser implementadas também. -----

Quanto ao parque de pesados, foi uma preocupação com os pesados no meio da rua, só espero que se tenha algum cuidado com isso e a Câmara não se substitua às empresas de camionagem, é importante para o Entroncamento não termos os camiões nos passeios, com o impacto visual bastante mau. -----

A proposta de orçamento para dois mil e dez e as grandes opções do plano, parece-nos que em termos de participação ela evoluiu um bocadinho em termos do executivo, mas a Assembleia Municipal continua a não ser ouvida na feitura deste documento, era bom que nós pudéssemos também enviar algumas propostas. -----

---

Nalguns concelhos de facto estas questões são levadas e implementadas de outra forma, em que, a própria população envolvida, é destinada uma parte do orçamento para as pessoas fazerem propostas e serem implementadas dentro daquele valor que está estabelecido. -----

Por outro lado, chamo à atenção e já tínhamos falado nisto numa das últimas Assembleias, a necessidade de haver um planeamento correcto, muitas vezes o nosso planeamento é falseado por questões de engenharia financeira e mais concretamente, posso dar um exemplo da questão da água e da luz, da forma como as despesas previstas estão dotadas. -----

Quem esteve atento à revisão orçamental, sabe que estas despesas estão sub-dotadas. -----

Quem esteve atento à informação que o Presidente dá, sabe de facto que estas despesas estão sub-dotadas, portanto há necessidade de mais rigor a esse nível. -----

É evidente que eu sei porque é que isto é feito desta maneira, está-se à espera que haja um bom resultado económico este ano, para que haja um saldo orçamental e se possa transferir para o ano que vem e dotar essas despesas, mas isso é jogar um bocado no escuro, e arriscar a que o Tribunal de Contas nos digam que há incumprimento do principio de equilíbrio orçamental. -----

Outra questão que tenho levantado aqui, é a questão das receitas e despesas correntes, tudo o que é receita corrente é gasto em despesa corrente, a Câmara deixou de ter meios para gerar os seus próprios meios de investimento para obter os seus próprios meios de investimento, portanto, não economiza para o futuro, tudo o que é receita é gasta, estou a falar nas despesas e receitas correntes. -----

Por outro lado, o investimento que está aqui, uma grande parte desse investimento é de obras que foram feitas, muitas delas em período eleitoral, tirando uma ou outra, algumas importantes que é a questão do parque escolar, a remodelação do Cine-Teatro e o próprio Centro Cultural, há necessidade de remodelar esses espaços, embora sejam dotados com valores muito inferiores a outras áreas, era bom que o Entroncamento desse o apoio à área cultural, que tem dado à área desportiva até agora. -

Este é um orçamento do Partido Social Democrata, não é o nosso orçamento, faltam aqui as vias estruturantes, as circulares, o eixo norte sul, o viaduto da linha do leste, faltam aqui outras questões importantes como a resolução do saneamento dos Casais Formigos, a Rua Ferreira Mesquita, continuam sem o saneamento que é dado ao resto da população do Entroncamento. -----

O Entroncamento tem neste momento aprovados ou em vias de aprovação, vários loteamentos muito grandes, saliento aqui a questão do Casal Saldanha e envolventes, cerca de três mil habitantes, o Casal Formigão, mil e quinhentos habitantes e isto coloca-nos questões em termos de infraestruturas, para as infraestruturas responderem a este crescimento da população temos que estar atentos e temos que investir também nesta área. -----

Continuamos com esta preocupação, o Centro de Convívio Intergeracional da zona sul continua arredado das preocupações do orçamento e da política do Partido Social Democrata, ter abandonado esta questão. -----

Continuamos com as preocupações relativas às condições de trabalho dos trabalhadores dos jardins, das oficinas, da ETAR, são funcionários que não têm beneficiado das remodelações já feitas em outras áreas. -----

Este documento mostra uma outra coisa, aquela preocupação que tivemos na última Assembleia, de que íamos perder uma grande fatia do IMI, de facto não acontece isso em termos da informação do Senhor Presidente, que as receitas do IMI suplantaram

---

o que estava previsto, contrariamente a isto, o IMT é uma situação preocupante, que revela a conjuntura actual e o problema que existe no imobiliário no Entroncamento. –

Nos próximos anos, muitas daquelas pessoas que estavam com o período de dez anos de isenção de IMI, estão muitos a começar a pagar o que recompensa mesmo que se reduza a taxa do IMI, compensa. -----

De qualquer forma, é notório que este orçamento recai enormemente sobre os agregados familiares, através da receita de IMI, através das receitas das taxas é uma preocupação grande e daí nós não subscrevemos e não vamos aprovar este orçamento. “

Prosseguiu o Senhor **Rui Gonçalves**: “ Realmente é um orçamento onde foi dito e bem, vamos cumprir as nossas obrigações, mal seria se assim não fosse. -----

Vamos pagar o que devemos, vamos pagar aos fornecedores coisa que não foi feita no passado, e portanto, estamos a cumprir as nossas obrigações. -----

Esta intervenção já foi feita na reunião de Câmara, dos quarenta e cinco mil euros para a juventude, pensava que já tinha sido esclarecido, mas pelos vistos não foi, essa importância é exclusiva para a juventude, mas a juventude não é só aquilo, o desporto também inclui juventude, o desporto é transversal a todos os públicos. -----

Quanto à rede aberta multiusos, Senhor Deputado, eu acho que isto faz parte da sua competência profissional, é uma rede aberta de fibra óptica, acho que já foi mais que explicado o que é que vai ser a rede aberta de fibra óptica no Entroncamento. -----

Quando se falou aqui nas melhores condições de trabalho, concordo em absoluto com o Senhor Deputado, era bom que há vinte anos alguém tivesse pensado o mesmo, infelizmente só começou a ser feito quando nós chegámos a esta casa, é que as condições começaram a melhorar para os trabalhadores. -----

No dia trinta e um acaba o terceiro triénio do Quadro Comunitário e curioso é, que até agora recebemos zero cêntimos do Médio Tejo. -----

É esta a situação que o nosso Governo nos proporcionou, o nosso tão famoso e afamado Governo, nos proporcionou até agora. -----

São as nossas opções, são as opções da maioria dos entroncamentenses que apostaram em nós, são estas opções que nos propusemos em devido tempo no nosso programa eleitoral e que foram sufragadas em devido tempo pela grande maioria dos entroncamentenses.” -----

Interveio a Senhora **Presidente da Assembleia**: “ Por lapso foi dito o terceiro triénio do Quadro Comunitário, estamos a terminar o primeiro triénio do actual Quadro Comunitário, o que lamentamos porque não vimos resultado nenhum disso.” -----

Prosseguiu o Senhor **Carlos Amaro**: “ Queria recordar a bancada do Partido Social Democrata, quando a culpa não é do Governo são dos Socialistas e já vamos no terceiro mandato do Partido Social Democrata na Câmara do Entroncamento. -----

Nós não íamos trazer este assunto aqui à Assembleia, mas uma vez que ele foi referido, agradecemos o reconhecimento por parte da Câmara Municipal, na criação do parque de pesados, pois esta bancada Socialista, já o tinha pedido a alguns mandatos anteriores e congratulamo-nos agora com a sua dotação orçamental e com o reconhecimento da sua necessidade. -----

Relativamente ao orçamento, o documento que nos é apresentado é na nossa opinião irrealista, dado que, como em anos anteriores se prevêem receitas que sabemos que não é possível obter. -----

Facilmente constatamos que isto é um orçamento que pretende arrumar um pouco as contas dos investimentos feitos em ano de eleições, apesar dos empréstimos já contraídos para pagamentos de alguns destes investimentos. -----

---

Este orçamento prevê à partida mais um empréstimo de dois milhões, quatrocentos e vinte mil euros, o qual vai contribuir para um ainda maior endividamento da Autarquia e constatamos que já neste momento, a Autarquia não dispõe de recursos para amortizar as suas dívidas. -----

Quanto aos investimentos efectuados, já em outras ocasiões manifestamos discordância em relação aos mesmos, devido aos escassos recursos financeiros de que a Autarquia dispõe e neste momento, não encontramos argumentos para alterar a nossa posição. -----

Quando os recursos são poucos, são nulos como é o caso os investimentos vão ser feitos à custa de mais endividamento e uma vez que vai ser feito esse endividamento, devem ser feitos em obras estruturantes e que contribuam para o dinamismo da economia local. -----

Os investimentos que gostaríamos de ver feitos, são fundamentalmente a resolução do problema da ribeira de Santa Catarina, a requalificação ou construção da nova ETAR, a requalificação da Zona Industrial, a requalificação e dinamização do mercado diário, construção da nova Biblioteca e de uma nova Esquadra da Policia. ----

Gostaríamos também de ver implementada de forma sistemática e consistente uma política de apoio à cultura. -----

Mais uma vez é proposta uma alteração ao quadro de pessoal, prevendo-se um aumento do mesmo dos actuais trezentos e catorze lugares, para trezentos e noventa e cinco, ou seja, a criação de oitenta e três novos lugares, quando em anos anteriores nos referimos a esta alteração do quadro de pessoal, foi-nos dito que a alteração do mesmo não iria implicar o aumento da despesa. -----

Verificamos que em dois mil e quatro a despesa com o pessoal, foi pouco mais do que quatro milhões de euros e agora em dois mil e dez, a despesa é de cinco milhões e seiscentos mil euros, ou seja, houve um aumento de quarenta por cento nas despesas de pessoal. -----

Pelo que dissemos, vamos votar contra este orçamento.” -----

Pedi a palavra o Senhor **Luis Grácio**: “ Queria fazer uma pequena rectificação a uma afirmação vinculada pela Coligação Democrática Unitária, talvez por lapso. -----

De facto, em relação ao IMI, nós não estamos abaixo do previsto, estamos acima do previsto este ano, contrariamente ao alarmismo do Senhor Deputado Rui, na última Assembleia Municipal, passado nem um mês a comprovar que arrecadámos mais receita do que a prevista em relação ao IMI, temos cento e um, vírgula seis o que significa, que as proposta que o Bloco apresentou em devido tempo relativamente ao IMI tinham toda a razão de ser, porque de facto, tínhamos margem para podermos diminuir a receita nesta área e iríamos desonerar as famílias. -----

Em relação à eficiência energética e ambiental, devo referir que de facto é muito importante que os jardins sejam regados com aspersores para tentar diminuir o consumo de água, mas vejo tanta vez a estrada alagada em água, pelo que não há eficiência, de facto há uma intenção, mas depois a prática não corresponde ao que se pretende, porque há algumas coisas a melhorar nessa área, nomeadamente pôr a regar em períodos nocturnos, já os vi a regar ao meio dia, e inclusivamente em dias de chuva. -----

Relativamente à questão da rede de fibra óptica ou a rede aberta, a rede aberta pressupõe que haja mercado para ela, quer dizer que os operadores interessados na divulgação de sinal, nomeadamente sinal de televisão que é o que estamos a falar, porque estamos a falar de largura de banda significativa, estejam interessados em utilizar essa infraestrutura e esse estudo é que tem de ser feito, não é fazermos a rede e

---

depois fazer o estudo, porque se chegarmos à conclusão que não há interessados na oferta, é um erro estarmos a investir na área. -----

Quando se mete uma proposta destas em orçamento, pressupõem-se ou que se vai fazer um estudo prévio e se abandona o projecto se ele não tiver pernas para andar, ou se já se tem o estudo feito, tudo bem, faz todo o sentido estar no orçamento.” -----

Continuou o Senhor **Mário Eugénio**: “ Em relação às receitas do IMI, o que dissemos é que a receita arrecadada foi superior àquela que estava prevista e foi isso que nós dissemos anteriormente.-----

Relativamente à intervenção do Partido Social Democrata sobre o orçamento, registei aqui e não quero deixar passar, não gosto muito de ouvir isto, quando se diz que são opções da maioria do Entroncamento, é a linguagem das maiorias absolutas, muito embora, nós gostássemos que as opções pudessem ser mais alargadas, que não estas. “ –

O Senhor **Rui Gonçalves** referiu: “ Era só para pegar nas palavras do Senhor Mário Eugénio, para o poder esclarecer nesse aspecto, foi pedido em reunião de Câmara atempadamente, contributos para o orçamento. -----

Justiça lhe seja feita, o único partido que o fez dentro das suas medidas, foi o Bloco de Esquerda.” -----

Não havendo mais nenhum pedido de intervenção, a Senhora **Presidente da Assembleia**, colocou o ponto número dois à votação. -----

#### **VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS** -----

O ponto número dois, Orçamento para 2010 e as Grandes Opções do Plano para 2010-2013, bem como os Mapas de Pessoal e Opção Gestionária para 2010, foi aprovado por maioria com doze votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e dez votos contra, sendo cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda e dois votos da Coligação Democrática Unitária. -----

A Coligação Democrática Unitária apresentou a seguinte declaração de voto: ----

#### **DECLARAÇÃO DE VOTO** -----

**APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO PARA 2010, GRANDES OPÇÕES DO PLANO, MAPAS DE PESSOAL E OPÇÕES GESTIONÁRIAS.** -----

“As propostas de orçamento para 2010 e Grandes opções do Plano, como instrumentos pouco participativos, reflectem predominantemente as opções e estratégicas do PSD para o Entroncamento em continuidade ano após ano. Este é um orçamento para pagar obras feitas a ritmos eleitoralistas. Uma parte significativa das rubricas do Plano Plurianual de Investimentos consta deste porque estão por pagar....---

Mais uma vez, não há conformidade com a execução do ano corrente. Veja-se a título de exemplo as dotações com a compra de água e de electricidade e o executado até Novembro 2009 (constante da informação do Sr. Presidente), assim como a revisão orçamental aprovada na última sessão extraordinária da A.M. Alertámos várias vezes para a sub-dotação de algumas despesas, por sinal muito previsíveis. Está-se a contar com o saldo do exercício do ano anterior para através de Revisão Orçamental reforçar verbas de despesa corrente. Jogando no fio da navalha, o executivo e a assembleia arriscam-se a ser acusados pelo Tribunal de Contas a “ Incumprimento do princípio do equilíbrio orçamental” como aconteceu em 2005. -----

Nos quadrantes das receitas e despesas correntes e na sua relação, não vai mais longe do que o exigido na Lei, ou seja as receitas correntes são utilizadas, exclusivamente, para suportar o funcionamento da máquina autárquica e há muito que não geram excedentes para suportar investimento (futuro). Grande parte das despesas de capital são justificadas e suportadas por receitas que resultam da engenharia de venda de

---

“Bens de Investimento”, património valioso do município nem sempre transaccionado nas condições mais favoráveis de mercado. -----

As vendas de “Bens de Investimento” atingem actualmente € 6.435.211 dos 13.327.948€ dotados pelo PPI. Quase metade! -----

Faltam, ainda, os esperados investimentos com a juventude, o património e as vias estruturantes – Circulares, Eixo Norte/Sul e Viaduto Linha do Leste/Ponte da pedra. Primam pela ausência os apoios à criação e divulgação cultural – áreas que necessitam de uma atenção semelhante à dedicada ao desporto. Registamos com agrado os investimentos no Centro Cultural, Cine-Teatro e Parque Escolar. Estas e outras infraestruturas, devem contar com, os mais de 3000 habitantes do Casal Saldanha e envolvente, os cerca de 1500 habitantes do Casal Formigão, etc.... -----

Aquela velha promessa eleitoral do Centro de Convívio Intergeracional da Zona Sul, foi enviada directamente pelo PSD, para as calendas gregas, que em termos programáticos quer em termos orçamentais. -----

Na área do saneamento básico, onde está o saneamento dos Casais Formigos? No Planeamento, onde estão as verbas para o Plano Director Municipal de Saneamento e as necessárias dotações para os Planos de Pormenor que deveriam arrancar em conjunto com a revisão do PDM? -----

O investimento na remodelação do edifício dos Paços do Concelho e do Banco Sottomayor, apesar de necessário, não foi acompanhado de criação de condições de trabalho para os outros trabalhadores desta Câmara: jardins, oficinas, ETAR etc.....; ---

As receitas agravam a carga fiscal e as taxas sobre as famílias, ao nível do IMI e dos tarifários (água, saneamento e outros). -----

Com o fardo a recair sobretudo sobre os rendimentos das famílias, não nos vemos neste orçamento, mesmo aceitando as consequências atenuantes da política de direita do actual governo. Mesmo assim, votamos contra. Os executivos devem defender os interesses das populações a todos os níveis.” -----

Passou-se de imediato ao ponto número três da ordem dos trabalhos. -----

### **PONTO NÚMERO TRÊS** ----- **ISENÇÃO DE TAXAS – LICENÇAS DE PUBLICIDADE E OCUPAÇÃO DO** **ESPACO PÚBLICO COM PUBLICIDADE** -----

O Senhor **Manuel Domingues** referiu: “ Nós concordamos com esta isenção. Tudo o que seja para auxiliar o pequeno comércio e a pequena indústria, a Câmara tudo deve fazer no sentido de os auxiliar.” -----

Prosseguiu o Senhor **António Ferreira**: “ Esta proposta vem na sequência da apresentação de uma proposta do Bloco de Esquerda, mas antes da apresentação dessa proposta no executivo, nós a tínhamos feito na Assembleia Municipal esta e outras propostas, algumas delas implementadas, outras não, também era um documento orientativo, com algumas recomendações nossas e portanto, nós vamos votar favoravelmente este documento. “ -----

Continuou o Senhor **Reinaldo Tentado**: “ Relativamente a esta proposta, o Bloco de Esquerda quer manifestar que atento às dificuldades sócio económicas, geradas pela presente conjuntura, em que as classes menos favorecidas são sempre as mais penalizadas, já este ano propôs uma isenção de taxas através do nosso Vereador Carlos Matias. -----

A Câmara Municipal, de alguma forma sensível às razões apresentadas fez aprovar uma proposta no mesmo sentido. -----

---

Ainda este ano, o nosso Vereador Carlos Matias, tomou mais uma vez, a iniciativa de inclusão de uma proposta de teor semelhante para o ano de dois mil e dez, para a reunião da Câmara no dia dezasseis de Novembro. -----

A presente proposta vem de encontro às preocupações do Bloco de Esquerda, já que a situação económica presa nas malhas da crise não melhorou e as perspectivas não são optimistas para o ano que começa. -----

O Bloco de Esquerda assume que é também da sua responsabilidade a nível autárquico, fazer tudo o que for possível para atenuar os efeitos da crise, que em muitos casos marcam a fronteira da sobrevivência. -----

Não podemos nem devemos esperar que o governo central nos venha resolver os nossos próprios problemas, de promessas estamos fartos, de falsos profetas mediáticos também, os munícipes depositaram em nós a sua confiança e esta não pode nem deve ser defraudada. -----

Por estas razões, o Bloco de Esquerda vai votar favoravelmente esta proposta. “

### **VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS** -----

O ponto número três, Isenção de taxas – Licenças de Publicidade e Ocupação do Espaço Público com Publicidade, foi aprovado por unanimidade com vinte e dois votos, sendo dez votos do Partido Social Democrata, cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

### **PONTO NÚMERO QUATRO** -----

### **ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE APOIO À FAMÍLIA NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR.** -----

A Senhora **Presidente da Assembleia** esclareceu o seguinte: “ Este documento foi retirado na sessão extraordinária, tendo sido solicitado esclarecimentos à Câmara Municipal, que nos foi remetido com o esclarecimento assinado pelo Senhor Vice-Presidente e que foi enviado em tempo a todos os membros. -----

Penso que, com este esclarecimento as questões colocadas ficam sanadas e portanto, questiono se alguém quer intervir sobre esta matéria.” -----

Pediu a palavra a Senhora **Célia Leal**: “ Queríamos congratular com os esclarecimentos que nos foram dados, que de alguma maneira vêm no seguimento das propostas que foram apresentadas, quer pela Assembleia Municipal, quer segundo sei por associação de pais do pré-escolar. -----

Uma vez que a Câmara, com os esclarecimentos que apresentou satisfaz os nossos pedidos e as nossas preocupações, vamos votar favoravelmente.” -----

Continuou o Senhor **Reinaldo Tentado**: “ O Bloco de Esquerda coloca e sempre colocará no centro das suas preocupações em questões desta natureza o bem estar e os interesses da criança. -----

Esta nunca poderá ser penalizada nem arredada pelos meandros da lei, é do conhecimento geral que o Bloco de Esquerda está contra o artigo terceiro do Regulamento do Funcionamento dos Serviços de Apoio à família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar da Rede Pública do Município do Entroncamento, diz o articulado: “*Os serviços de refeição, prolongamento de horário e actividades nas interrupções lectivas destinam-se a todas as crianças que frequentam os Jardins de Infância e cujos pais trabalham.*”. -----

Apesar dos esclarecimentos do Senhor Doutor Fanha Vieira, há pontos que não estão claros ou contemplados, não é verdade que quem não trabalha fica em casa a tomar conta dos filhos, muitos desempregados têm obrigatoriamente que frequentarem

---

cursos de formação, alguns bem longe do lar e não podem por consequência tomar conta dos filhos, tal como os pais desempregados. -----

Também é publico que a alteração da situação económica e a sua actualização pela segurança social, para efeitos da atribuição dos escalões não se faz com a brevidade desejável, fala-se em atrasos de dois anos, o que é inadmissível. -----

Mesmo o artigo oitavo que diz: “ *Os casos omissos serão analisados e decididos pelo Presidente da Câmara Municipal*”, é em si muito vago. -----

Quem analisa, quem decide, não duvidamos da boa vontade do Senhor Presidente da Câmara, mas é importante para quem precisa, saber a quem se dirige, como faze-lo e o que pode esperar. -----

Sem esta reformulação do artigo terceiro, o Bloco de Esquerda não poderá estar de acordo com as alterações introduzidas.” -----

Prosseguiu o Senhor **António Ferreira**: “ Este argumento que é apresentado aqui, pelo Senhor Vereador João Vieira era um argumento que já tinha sido apresentado aquando da aprovação do Regulamento e que nós tivemos de acordo na altura. -----

Continuamos de acordo com a aprovação do Regulamento e portanto, as questões que são aqui levantadas pelo Bloco de Esquerda, carecem de alguma exactidão, é assim, existem outros mecanismos para esse tipo de crianças que têm esse tipo de dificuldades, uma delas é o Trem de Ir e Vir, que tem sido utilizado para integrar algumas crianças com dificuldades, sobretudo sociais, mas existe também a CPCJ, há um artigo no regulamento que prevê que o Presidente também possa ver algumas situações em concreto, assim como as próprias funcionárias que estão à frente destes serviços. -----

Chamo à atenção que isto está a ser feito em conformidade com aquilo que está na Lei, contactei algumas pessoas a este nível, e aquilo que me foi dito, foi que, assim fosse feito noutros concelhos que tivesse a ser implementado. -----

Isto é de uma grande ajuda para os pais e é sobretudo dirigido a esses pais que trabalham fora do concelho e portanto, neste tempo de sair do emprego até chegar ao Entroncamento têm necessidade de mais algum tempo no acompanhamento dessas crianças. -----

É evidente que aquela questão que foi levantada pelo Bloco de Esquerda, penso que não se coloca porque acções de formação estão englobadas também neste Regulamento. -----

Vamos aprovar este documento.” -----

#### **VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO QUATRO** -----

O ponto número quatro, Alteração ao Regulamento dos Serviços de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar, foi aprovado por maioria, com dezanove votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata, cinco votos do Partido Socialista, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e três votos contra do Bloco de Esquerda. -----

Passou-se de seguida ao ponto número cinco da ordem dos trabalhos. -----

#### **PONTO NÚMERO CINCO** ----- **RATIFICAÇÃO DO PARECER DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SOBRE O PDM** -----

A Senhora **Presidente da Assembleia** referiu: “ Como será do conhecimento de todos, se não for passo a transmitir, foi deliberado em reunião da Assembleia Municipal no mandato anterior, remeter à Comissão Permanente poderes para elaborar o parecer relativo ao PDM, e depois independentemente da deliberação, também era obrigatório de acordo com o nosso Regimento, o mesmo parecer vir à Assembleia para ratificação. -

---

Sendo certo que a composição da Assembleia não é a mesma, a obrigação é a mesma, e daí ser presente este documento hoje para ratificação ou não, por parte dos membros da actual Assembleia Municipal do Entroncamento.” -----

Foi concedida a palavra ao Senhor **Rui Gonçalves**: “ É para cumprir uma formalidade processual. -----

O parecer foi elaborado na Comissão Permanente com o contributo de todos os partidos, penso que seja consensual o que está escrito e vamos votar favoravelmente o parecer.” -----

Continuou o Senhor **António Ferreira**: “ Nós vamos aprovar este documento. –

Vou chamar à atenção de uma outra questão, não estamos a fazer documentos de boa fé e depois à posterior, sabemos que há um Plano de Pormenor para uma das zonas que vem aqui referida, que envolvem questões de REN e RAN, esse Plano de Pormenor prevê ultrapassar o actual PDM, não é o próximo PDM porque ainda não existe. Era para dizer assim quase neste tom - *assim não vale* – da forma como isto está a ser feito.

Estávamos todos de boa fé e conscientes na feitura do documento e depois à posteriori aparece a consulta pública de um Plano de Pormenor, que vem contrariar em parte o que está aqui.” -----

Proseguiu o Senhor **Reinaldo Tentado**: “ O parecer sobre a revisão do PDM que nos é aqui proposto, como síntese das diversas propostas dos partidos, tem um sentido geral, o de que é preciso intensificar a urbanização do concelho e promover o alargamento do perímetro urbano mesmo à custa da Reserva Agrícola Nacional. -----

No estado actual do crescimento urbano do nosso concelho, nós não nos revemos neste sentido para a revisão do PDM, antes pensamos, que deverá ser consolidado o tecido urbano actual, preenchendo os variados loteamentos já construídos e ou aprovados, e renovando e requalificando o parque urbano existente, nomeadamente o respeitante à habitação social. -----

Cabe aqui também uma referência, há existência de inúmeros imóveis no centro da cidade em abandono ou em acelerado estado de degradação e a solicitar intervenção urgente quanto mais não seja, por razões de segurança. -----

Na actual fase de nítida crise da construção e venda de habitação nova, queremos ser ainda mais errado admitir novos alargamentos do tecido urbano. -----

Além do mais, no curto médio prazo, tal obrigaria a oferta de serviços públicos a uma área construída muito dispersa, tenha por exemplo em conta a dificuldade que existiu em construir uma boa oferta de transportes públicos urbanos, e que manifestamente não foi satisfatoriamente conseguido, na segunda fase dos TURE. -----

Mesma perspectiva da criação de um pulmão verde na zona sul com infraestruturas que o venham a apoiar, mal esconde o essencial da proposta, urbanização alargada a terrenos que por enquanto, pertencem à RAN. -----

Respeitamos o direito de cada proprietário sobre os seus imóveis, mas, subordinamos sempre esse direito à defesa do interesse público, com base no crescimento sustentado e no urbanismo planificado, que infelizmente não foi apanágio dos autarcas que têm dirigido o concelho nas últimas décadas e erros, que pelos vistos, se pretendem prosseguir. -----

No projecto de parecer, reconhecemos ser incompatíveis com a nossa visão de crescimento do concelho a redução ou supressão da segunda zona de servidão militar, a defesa do alargamento da zona industrial, as cautelas com alguns achados arqueológicos e a defesa da redução dos índices de ocupação urbana, mas é pouco para nos levar a um voto favorável. -----

---

Aliás, por discordarmos do parecer nos aspectos por nós essenciais, que antes já referimos, votaremos contra esta proposta de texto.” -----

Referiu o Senhor **Manuel Mesquita**: “ Sobre este documento, concordamos globalmente com ele, contudo, queremos chamar à atenção para alguns pormenores. ----

Parece-nos que há a preocupação de eliminar alguns constrangimentos que supostamente condicionam o desenvolvimento com o aumento da população do concelho, isto parece-nos óbvio quando se refere a zona de servidão militar ou as zonas limítrofes do concelho. -----

Parece que há a preocupação de tornar urbanizáveis todos ou quase todos os terrenos do concelho, quais os indicadores que justificam esta preocupação? -----

Será que a população do concelho tem crescido a um ritmo que se justifique a urbanização de mais terrenos? -----

Estão quantificados os lotes de terrenos urbanizados existentes bem como o número de novos fogos que esses lotes permitem? -----

Qual o número de fogos devolutos que existem no concelho? -----

Gostaríamos de conhecer estes números. Só assim poderemos avaliar as necessidades de crescimento do concelho e poderemos mais tarde pronunciar sobre as alterações propostas ao PDM. -----

Na nossa opinião a oferta de terrenos para construção, deve situar-se em limites que garantam o bom funcionamento das leis do mercado, no que se refere à concorrência mas sem ultrapassar certos limites. -----

A urbanização de terrenos como sabemos, proporciona algumas receitas ao Município, mas a verdade é que a partir daí, a manutenção desses terrenos e das sua infraestruturas constituem um encargo para a Autarquia que só se justificará se esses terrenos estiverem ocupados com construções.” -----

O Senhor **António Ferreira** referiu:” No sétimo parágrafo diz: “ *Sendo a zona sul do concelho aquela que se perspectiva, com a alteração da RAN e a reorientação do espaço para parque urbano, a criação dum pulmão verde para o concelho, é legítimo esperar que associado ao espaço surjam infra-estruturas que o venham a apoiar.*” Se este espaço verde for aquilo que está no actual PDM, nós votaremos este documento favoravelmente. -----

Queremos um esclarecimento em relação a isto, se estas infraestruturas e este verde é de apoio ao parque urbano, se é um novo parque urbano.” -----

Respondeu a Senhora **Presidente da Assembleia**: “ Nós estamos a trabalhar em cima de um documento que aprovámos em sede de comissão na boa fé de que, aquilo que escrevemos é verdade e obviamente não temos agora aqui a equipa de redacção da proposta da revisão do PDM para nos dar esclarecimentos adicionais a isto, tal como não temos os outros membros da comissão de análise, que nos possam informar adicionalmente sobre esta matéria. -----

O que estamos a aprovar ou não, foi um documento que nós redigimos conjuntamente em sede de Comissão Permanente e eventualmente estamos a pôr-nos em causa a cada um de nós, membros da Comissão Permanente que fomos solidários na redacção deste mesmo documento. -----

É a única resposta que lhe posso dar neste momento.” -----

Retorquiu o Senhor **António Ferreira**:” Estou de acordo com aquilo que disse, só quero um esclarecimento em relação a isto, porque a bancada do Bloco de Esquerda parece-me que pôs em causa em concreto esta questão aqui. -----

Portanto, isto tem que ficar bem claro perante outras pessoas que não estiveram na Comissão Permanente.” -----

---

Prosseguiu a Senhora **Presidente da Assembleia:**” O que nós escrevemos e estamos a falar:”*Sendo a zona sul do concelho aquela que se perspectiva, com a alteração da RAN e a reorientação do espaço para parque urbano, a criação dum pulmão verde para o concelho, é legítimo esperar que associado ao espaço surjam infra-estruturas que o venham a apoiar.*” Obviamente, em infraestruturas pode haver alguma construção, para apoio a um parque verde, obviamente pode haver algum tipo de construção, para apoiar a exploração desse mesmo parque verde. -----

Portanto, não me parece que na nossa cabeça, estivesse a ludibriar alguém, estávamos todos na boa fé, que aquilo que aqui escrevemos é isto, ou quer dizer isto e penso que mais do que isto, não podemos dizer.” -----

Passou-se de seguida à votação do ponto número cinco da ordem dos trabalhos. -

#### **VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO CINCO** -----

O ponto número cinco, Ratificação do Parecer da Assembleia Municipal sobre o PDM, foi aprovado por maioria, com dezanove votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata, cinco votos do Partido Socialista, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e três votos contra do Bloco de Esquerda. -----

A Coligação Democrática Unitária, apresentou a seguinte declaração de voto: ---

#### **DECLARAÇÃO DE VOTO** -----

“ Ao aprovarmos este documento que foi forjado na Comissão Permanente, não tínhamos conhecimento do Plano de Pormenor para o Casal Formigão e portanto, ao aprovarmos este documento em nada nos condiciona estarmos a favor ou contra o Plano de Pormenor do Casal Formigão.” -----

#### **PONTO NÚMERO SEIS** -----

#### **PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO E A FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA** -----

Interveio o Senhor **Luis Grácio:**” O Bloco de Esquerda sempre entendeu positivo a delegação de competências entre a Câmara e as Freguesias, e é importante que as Freguesias passem a ter mais empenhamento na sua área de jurisdição e que possam intervir como têm dificuldades de verbas, a Câmara Municipal deverá protocolar com as Juntas de Freguesia a transferência de verbas. -----

Todavia, neste caso concreto, já anteriormente foi protocolado uma situação semelhante e mesmo nessa altura o Bloco de Esquerda, manifestou a opinião de que o protocolo estabelecido com a Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima era insuficiente para as necessidades do protocolo em si, ou seja, o valor protocolado entre a Câmara e a Freguesia, pouco mais que dão para uma pequena manutenção do parque habitacional do Bairro Frederico Ulrich e portanto, parece-nos a quase um presente envenenado. -----

Por estarmos favoráveis à descentralização de competências, nós vamo-nos abster neste protocolo.” -----

Continuou a Senhora **Célia Leal:**” Nós sabemos qual é o valor do protocolo, já é o segundo ano que vem a esta Assembleia, anteriormente apresentámos algumas reticências relativamente à aprovação do mesmo, as reticências da minha parte pelo menos mantêm-se. -----

Gostaríamos de chamar à atenção para o poder de fiscalização relativamente às intervenções que neste caso, são feitas pela Junta de Freguesia em certas habitações. ----

Nós sabemos que alguma das obras, das poucas que podem ser feitas e que são feitas, depois mais tarde são destruídas e gostaríamos que houvesse um poder de

---

fiscalização sobre essas obras e se os recursos são poucos, devem ser cuidados e fiscalizados.” -----

Proseguiu o Senhor **António Ferreira**: “ Estamos a favor deste tipo de entendimento entre a Autarquia e as Freguesias, até porque, as Freguesias conseguem a este nível, fazer um trabalho surpreendente com poucos recursos e têm uma facilidade enorme em acompanhar este tipo de intervenções. -----

Pelo que temos visto em termos deste protocolo que foi assinado no mandato anterior, a Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, está de parabéns pelo bom trabalho que desenvolveu a este nível.” -----

O Senhor **Rui Gonçalves** referiu: “ Ainda bem que alguém diz bem do trabalho que foi feito na Junta de Freguesia. -----

Os poucos recursos que foram feitos no mandato anterior, foram feitas cerca de trinta intervenções de fundo e estamos a falar de intervenções desde o chão, paredes, portas, pinturas etc. -----

Portanto, os poucos recursos que aqui se afirma existir no protocolo, curioso é, se os recursos fossem assim tão poucos, o principal visado não se queixasse ao fazer este protocolo.” -----

Referiu o Senhor **Manuel Bileiro**: “ Queria apenas dizer que o parque de habitações sociais se encontra na Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e como tal, desde o princípio que abraçamos este protocolo com a intenção de resolver, de dar resposta aos problemas dos que ali vivem. -----

Com a construção do edifício da Junta de Freguesia, mais a habitação social, foi um ano muito intenso de trabalho e uma vez se o protocolo for para continuar, não tenho dúvida de que iremos fazer um grande trabalho na habitação social. -----

É claro que no bairro social há pessoas que muitas das vezes, preferem viver debaixo de uma oliveira, eles próprio me dizem, há um grande trabalho de fundo a ser feito, no que diz respeito aos moradores. -----

Como sabem, há relativamente pouco tempo foi criado o Sol Nascente, em boa hora foi criado, com a intenção de começar por baixo com crianças, educá-las, os ciganos têm inúmeros filhos, o Sol Nascente tem algumas dezenas de crianças, que já têm um comportamento muito diferente que tinham inicialmente, e é lamentável se no próximo ano viermos a constatar, que essa instituição seja obrigada a fechar por falta de verba, porque o Governo não entende que uma escola do género é um investimento a longo prazo. -----

Estaremos atentos para fazer o melhor que puder, porque se nada for feito para aproximar e educar parte dos habitantes do bairro, será muito complicado num futuro próximo.” -----

Pediu a palavra o Senhor **António Ferreira**:” Não gostaria de ser mal interpretado naquilo que eu disse, aquilo que afirmei e repito, dou os parabéns ao trabalho que a Freguesia tem feito, isto não quer dizer que concorde com os montantes que têm sido dispendidos nesta área. -----

A Coligação Democrática Unitária tem no seu programa uma outra forma de aproveitamento daquele espaço, se calhar a Câmara e outros partidos também têm. -----

A libertação daquele espaço das barracas que lá estavam, deve ser aproveitado, por um lado, para nova habitação mas também para áreas verdes e isso é fundamental. --

Também não concordamos com a política de colocar pessoas da mesma etnia todas no mesmo local, no passado chamámos à atenção que é necessário integrar as pessoas, algumas das medidas que propusemos na altura algumas foram implementadas, algumas se calhar já não estão em vigor neste momento, lembro aqui por exemplo a

---

criação de um espaço multi-média para as crianças, a ocupação das mulheres ciganas e de outras etnias que estão ali naquele espaço, no sentido de as integrar e reconhecer o papel da mulher cigana na integração daquelas populações é através da emancipação da mulher cigana se nós quisermos obter bons resultados em termos de integração.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, a Senhora **Presidente da Assembleia** colocou o ponto número seis à votação. -----

#### **VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SEIS** -----

O ponto número seis, Protocolo de Delegação de Competências entre o Município do Entroncamento e a Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, foi aprovado por maioria, com dezanove votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata, cinco votos do Partido Socialista, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e três abstenções do Bloco de Esquerda. -----

#### **PONTO NÚMERO SETE** -----

#### **APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO** -----

Interveio o Senhor **António Ferreira**: “ Tenho uma pergunta para colocar em relação à acção social, penso que os dados que estão aqui, são importantes para termos uma ideia daqueles regulamentos que andámos a aprovar aqui para termos algum aproveitamento desses programas, do resultado e da adesão da população a esses regulamentos. -----

Tenho aqui uma questão a colocar que é esta: Os serviços de canalizador, serviço de electricidade, serviço de carpintaria, serviço de serralheiro, serviço de pedreiro, diversos, são prestados por funcionários da Câmara ou por empresas exteriores à Autarquia? -----

Nos processos judiciais pendentes, há três processos de contra ordenação ambiental e isso preocupa-me um pouco, embora eu penso que na informação que é dada deviam vir mais elementos a que diz respeito estes processos. -----

Por outro lado, levantando aqui aquela questão das contas, é preocupante de facto a dívida da Câmara, nós já tínhamos chamado à atenção para a questão do agravamento da dívida, com as obras que estavam a ser feitas na altura das eleições e alguma dessa dívida nós concordamos com ela, porque aceitamos os empréstimos para essas dívidas. -----

Sobre a questão que o Bloco de Esquerda colocou, das receitas de IMI e Contribuição Autárquica, houve um aumento em relação à expectativa que tínhamos, não em relação quando nós praticávamos os zero vírgula oito, mas de facto, conseguimos até à data dos dados que estão aqui, uma execução de cento e um vírgula treze por cento, não é mau, a preocupação que nós vamos ter é em relação ao IMT e à Sisa, nós estávamos à espera de um milhão setecentos e oitenta e três mil euros e neste momento vamos com meio milhão de euros, ou seja, menos de trinta por cento de execução, o que é extremamente preocupante. -----

Em relação às receitas para investimento no QREN, é de facto muito preocupante a informação que vem aqui à Assembleia, porque se nós estávamos com um atraso de três anos a nível de utilização do QREN no nosso Município, já vamos com quase cinco anos de atraso em relação ao que estava previsto. -----

Os investimentos estão feitos e vamos ter de os pagar de alguma forma, só não vejo é como, a situação é extremamente preocupante se os dinheiros do QREN não vierem rapidamente.” -----

---

Continuou o Senhor **Rui Gonçalves**: “ Queria relevar que existem neste momento e isto em relação à acção social, mil e sessenta e um cartões Municipais do Idoso, o que é relevante para o nosso concelho. -----

Devido a esses mesmos mil sessenta e um cartões, existem trezentos e sessenta e três passes de idosos, com cinquenta por cento de desconto e que, no âmbito do Entroncamento Solidário, foram registadas cento e quarenta e cinco pedidos de utentes com intervenções de vários níveis, portanto, em boa hora foi criado.” -----

Respondeu o Senhor **Presidente da Câmara**:” Quero desejar um Bom Ano a todos os Senhores Autarcas. -----

Em relação á acção social, os regulamentos estão eficazes, só não esta a Loja Solidária porque estamos para alugar o espaço e meteu-se a época eleitoral e não houve condições para isso. -----

Sobre os funcionários e as diversas categorias, é tudo pessoal da Câmara Municipal do Entroncamento que faz isto. As intervenções são feitas pelo funcionário que tem a seu encargo o carro solidário e depois quando não tem condições para fazer as coisas sozinho, vem buscar outros funcionários aos serviços da Câmara, para fazer essas intervenções nas casas dos munícipes. -----

Nos processos de contra ordenação ambiental, há um que é o mais grave que é o da ETAR, outra foi uma situação que para mim acho-a ridícula, que é a recolha das agulhas nas farmácias, nós prontificámos a ajudar a fazer e agora vieram falar sobre essa matéria. -----

A ETAR é preocupante, só a partir de ter feito a sessão contratual às Águas do Centro, um mês depois é que eles são responsáveis pela ETAR, todos nós sabemos a situação em que está a ETAR. -----

Em relação ao agravamento da dívida, quero dizer que a Câmara Municipal do Entroncamento, nunca pagou tanto como este ano, já pagou seis milhões de euros. -----

Ninguém do Médio Tejo recebeu um cêntimo do QREN, era outro Secretário de Estado, agora está lá outro, vamos ver se as coisas agora são mais céleres, se vão melhorar porque tem de melhorar senão perdemos o dinheiro e tem de ser devolvido, por isso está aqui esse valor em dívida que estou convicto que a todo o momento e mal seja que não aconteça, há-de entrar verbas que vão satisfazer a parte da componente nacional e para partirmos para outras obras que temos aprovadas. -----

O Senhor ainda há pouco, falou aqui em duas coisas que queria dar um esclarecimento porque acho que é falta de informação. -----

A falta de oferta cultural nas escolas, quero-lhe dizer que os serviços educativos da Câmara e serviços culturais da Biblioteca têm feito reuniões com o Agrupamento, porque eles entendem que estamos a dar oferta demais, não há espaço para dar tanta oferta às crianças. -----

Em relação às condições de trabalho dos nossos funcionários, sinto-me regozijado pelo que tenho feito até aqui, desde os Serviços Técnicos, Biblioteca, os serviços da Câmara, eu sei ao que o Senhor se estava a referir, aos serviços operacionais, para mim não são os coitadinhos, não temos é condições nem espaço para fazermos tudo. -----

Quero-lhe dizer que a partir do ano passado temos um refeitório exemplar, pode vir a ASAE lá visitá-lo, é exemplar. -----

Em relação aos jardins, no QREN que foi aprovado para o Bonito, vamos começar em breve, com uma parte através dos nossos serviços e a outra através de concurso para fazermos tudo o que é de espaços verdes. -----

---

Em relação ao Partido Socialista, falou-se aqui no quadro do pessoal para resolvermos o problema do pessoal que está a contratos e acho que tem todos direito a uma estabilidade e procuraremos resolver o problema dos funcionários. -----

Nós por exemplo, temos dois técnicos de desporto na Câmara, que estão cá há muitos anos e vamos tentar resolver a situação deles. -----

Quando se disse aqui que era importante que houvesse investimentos estruturantes para ajudar a economia do concelho, e depois falou na Esquadra da Policia, quero-lhe dizer que enquanto for Presidente da Câmara Municipal do Entroncamento, nunca se gastará um cêntimo na Esquadra da Policia, isso é da responsabilidade do Governo.-----

Desejo um Bom Ano a todos” -----

A Senhora **Presidente da Assembleia** referiu: “ Antes de terminar, tenho de pedir à Assembleia para que consideremos todas deliberações aprovadas em minuta, uma vez que o nosso Regimento só entra em vigor no dia imediatamente a seguir ao da sua aprovação. -----

Não havendo nenhuma objecção, os pontos da ordem dos trabalhos são aprovados em minuta. -----

A todos uma continuação de Boas Festas e um Feliz Ano Novo.” -----

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão quando eram vinte e três horas e dez minutos. -----

A presente acta, depois de lida e visada pelo Primeiro Secretário, vai por ele ser assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

A Presidente da Assembleia:

O 1º. Secretário:

O 2º. Secretário: